



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Arthmar, Rogério

Voltaire e a visão iluminista do progresso

História Unisinos, vol. 16, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 379-390

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866796011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Voltaire e a visão iluminista do progresso

Voltaire and the enlightenment view of progress

Rogério Arthmar¹

arthmar.vix@gmail.com

Resumo. O artigo trata da concepção de progresso nas obras de cunho histórico de Voltaire, especialmente nos livros *Siècle de Louis XIV* e *Essai sur les mœurs*. Inicialmente, examinam-se as principais fontes literárias e científicas de Voltaire neste campo específico de estudo, delimitando-se igualmente as suas sugestões para uma nova metodologia da escrita histórica apoiada na razão. A esse respeito, apresenta-se também a sua visão de progresso associada ao apogeu das artes em certas épocas. Prossegue-se com a análise dos fatores seculares de atraso e estagnação da humanidade identificados por Voltaire para se chegar, por fim, a uma discussão dos elementos por ele indicados como capazes de alçar a sociedade a uma etapa de progresso sem precedentes.

Palavras-chave: atraso, liberdade, razão, progresso.

Abstract. This paper retrieves the concept of progress developed in Voltaire's historical works, especially in the books *Siècle de Louis XIV* and *Essai sur les mœurs*. Initially, Voltaire's main literary and scientific sources with respect to this specific field of investigation are examined, pointing out also his prescriptions for a new methodology of historical writing based on reason. In this connection, his view of progress as the apex of civilization in some periods is presented as well. Next, the long term causes of human backwardness and stagnation highlighted by Voltaire are analyzed, followed by a discussion of the main elements he identified as capable of raising society to an unprecedented phase of progress.

Key words: backwardness, liberty, reason, progress.

Introdução

Embora alguns estudiosos julguem a obra de Voltaire desprovida de visão sistemática a respeito do progresso humano (Pollard, 1971, p. 53-56; Nisbet, 1980, p. 177), esse entendimento parece desconsiderar as ideias elaboradas nos trabalhos de teor histórico do filósofo francês. Após o livro pioneiro de J.H. Brumfitt (1958), privilegiando esse aspecto particular do pensamento de Voltaire, assiste-se nos últimos anos a um ressurgimento do interesse nesse extenso ramo da herança intelectual do expoente iluminista. Assim, a importância e a originalidade de seus escritos no contexto da produção histórica cosmopolita do século dezoito é avaliada por Karen O'Brien (1997). De sua parte, John G.A. Pocock (2000) qualifica

¹ Professor Associado IV do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista PQ2 do CNPq, instituição à qual agradece o apoio financeiro para a realização do presente artigo.

Voltaire um pensador moderno, preocupado com a transição de uma era regida pela barbárie e pela religião para uma época de aprimoramento humano, quando avulta a recuperação do comércio, das artes e do governo civil. Marcos Antonio Lopes (2001), no mesmo sentido, evidencia as influências clássicas e iluministas nos trabalhos de Voltaire relacionados ao tema. Mais recentemente, John Leigh (2004) revisa certos contos e narrativas do pensador francês a fim de colocar em evidência o propósito de tais escritos em levar ao público ensinamentos de teor histórico. Já Pierre Force (2009), após resgatar o debate do Setecentos a respeito dos modernos e dos antigos, ressalta a preferência do filósofo pelos eventos contemporâneos como um passo importante no avanço da historiografia. Siofra Pierse (2010), por sua vez, conduz minuciosa análise da metodologia e dos estilos narrativos utilizados no conjunto da obra histórica voltairiana.

O presente artigo pretende oferecer uma contribuição ao esclarecimento da visão de progresso delineada por Voltaire em seus principais trabalhos de natureza histórica. A atenção, porém, estará focada naqueles elementos discursivos em que ele se coloca na condição, indicada por Pierse (2010, p. 41), de voz estruturante (*framing voice*), ou seja, como narrador que opina a propósito dos eventos relatados em momentos críticos. Para melhor se delimitar o campo de investigação, buscando-se também certa uniformidade de pensamento do autor, serão analisados os livros *Siècle de Louis XIV (SLXIV)* e *Essai sur les mœurs (EM)* por se tratarem de volumes extensos e complementares aos quais Voltaire dedicou maior tempo de elaboração e que, em certa oportunidade, foram publicados em conjunto. Com isso, pretende-se limitar o risco de se colher na leitura mais dúvidas do que indicativos de uma visão articulada a respeito do tema em questão, possibilidade sempre latente na obra de um autor tão idiossincrático quanto Voltaire que, como ele próprio assinalou, viera ao mundo com facilidade incomum para escrever.

Antecedentes da visão voltairiana do progresso

O avanço do Iluminismo em território europeu, seguindo a divisão temporal de Pierre Chaunu (1982, p. 7-30), pode ser interpretado como tendo se desenrolado em longas etapas. A primeira, ainda no século dezessete,

dominada pela força da lógica matemática de Galileo Galilei e René Descartes, trouxera consigo a liberação necessária do pensamento racional de suas amarras escolásticas medievais, mas à custa da alienação do mundo a conhecer. A segunda, já no século dezoito, marca a fase da “grande transição”, quando a forma experimental de construção do conhecimento, propagada por Francis Bacon, Isaac Newton e seus seguidores, se ramifica nas mais diversas direções. Os tempos de ascetismo, de desesperança, de elevação da alma e de revelação cedem lugar a uma nova postura do homem diante do mundo e de si mesmo. Peter Gay (1996, p. 5-6) assim descreve o novo cenário:

A experiência do século dezoito, que designo por retomada da coragem, tratava-se exatamente do oposto; foi um século de declínio do misticismo, de esperança restaurada na vida e de confiança no esforço, de compromisso com a investigação e a crítica, de interesse na reforma social, de secularismo crescente e de disposição ampliada em assumir riscos.

É o período de surgimento do grande marco iluminista, a *Encyclopédie* (1751-1777).² Além disso, o abandono progressivo do latim como língua culta permite difusão mais rápida do novo ideário, que transborda a esfera restrita dos tratados científicos para incorporar a literatura, o teatro e, após certo tempo, a escrita cotidiana, se disseminando entre a população instruída para, por fim, alcançar as franjas da sociedade, os indivíduos iletrados cujo saber se resumia ao ver e ouvir. A terceira etapa, cobrindo de 1770 à Revolução, é de afirmação do projeto iluminista, quando se assiste à proliferação das academias de ciências e letras, das câmaras de leitura e dos círculos de socialização intelectual, onde nomes como Pierre Bayle, Jean-Jacques Rousseau e Voltaire são, enfim, reverenciados. Além disso, cessam as publicações de contestação aos enciclopedistas, esmorecendo também a censura do Parlamento de Paris às obras insufladas pelos novos ares (Bluche, 1993, p. 110-119; Zysberg, 2002, p. 419-489). Nas palavras de René Pomeau (1991, p. 54), ao discorrer sobre a resiliência do Cristianismo na Europa das Luzes: “O século dezoito se caracteriza pelo esforço em libertar a civilização da ascendência religiosa: é por isso que os homens desse tempo contribuíram para o progresso das sociedades modernas.”³

² A razão, segundo a *Encyclopédie*, compreenderia as verdades obtidas pela mente humana sem o auxílio da fé. Jean D'Alembert, no exórdio da obra coletiva, explica a nova perspectiva do conhecimento em voga à época: “Para nós [...] a única forma verdadeira de filosofar em Física consiste na aplicação da análise matemática às experiências, ou por meio exclusivo da observação, esclarecida pelo espírito do método, auxiliada algumas vezes pelas conjecturas quando elas podem nos fornecer intuições, mas severamente afastada de toda hipótese arbitrária” (*Encyclopédie*, “Raison”, 1765, v. XIII, p. 773-774; “Discours Préliminaire”, D'Alembert, 1751, v. I, p. vii).

³ O movimento iluminista na França do século dezoito esteve dominado, em sua primeira fase, pela vertente moderada de Voltaire e dos newtonianos franceses como Pierre Louis Maupertuis, Anne-Robert-Jacques Turgot e René Antoine Réaumur, contando com a simpatia inicial de diversos jesuítas. Tais autores pretendiam estabelecer a união entre a ciência moderna e a teologia, ou seja, entre a matéria e a Providência, sem contestação à ordem política e social. Por outro lado, os radicais iluministas como Denis Diderot, o Conde de Buffon, Claude Adrien Helvétius e Nicolas Antoine de Boulanger eram ateístas, igualitários, republicanos democráticos e rejeitavam qualquer compromisso com o passado, buscando a supressão das instituições existentes. Estes últimos viriam a dominar o movimento a partir da metade do século dezoito, após a polarização intelectual promovida pela revolta jansenista (1748-1752) contra o discurso racional (Israel, 2006, p. 751-862).

Recuperar, neste contexto maior, o vasto espectro de influências sobre o pensamento de Voltaire seria inviável nos limites do presente trabalho, de modo que se incluem aqui apenas alguns elementos de interesse imediato para o conceito de progresso desenvolvido em sua abordagem histórica (veja-se, no entanto, Brumfitt, 1958, p. 27-45; O'Brien, 1997, p. 23-27). Inicialmente, é preciso ressaltar a importância da alteração do jovem escritor com o Marechal Rohan que, do ponto de vista filosófico, mostrou-se de rara felicidade por enviá-lo ao exílio por quase três anos na Inglaterra, onde tomaria contato com as teses de John Locke e a estabelecida tradição científica newtoniana, afastando-o definitivamente do legado cartesiano (Maynard, 1867, p. 133-147). De retorno à França, durante a sua profícua estadia em Cirey, Voltaire redigiria *Éléments de la philosophie de Newton* (1830a [1738]), obra de divulgação da física moderna cuja finalidade seria idêntica à que moveria seus companheiros enciclopedistas algum tempo depois: esclarecer os homens a respeito da nova filosofia, induzindo-os a pensar racionalmente (Le Ru, 2005, p. 53-77). No livro, a teoria de Descartes sobre a rotação dos planetas pela ação de vórtices é desqualificada como “suposição quimérica”, enquanto Newton é reverenciado logo no preâmbulo: “Este filósofo conquistou em sua vida toda a glória que mereceu: jamais despertou inveja, pois não tinha rival. Todos os homens letrados foram seus discípulos e os demais o admiravam sem ousar pretender entendê-lo” (Voltaire, 1830a, p. 7-8).

Daí se evidencia uma dupla preocupação de Voltaire. A primeira, de se aprofundar no conhecimento científico da época, mesmo o de caráter formal e de maior complexidade. Na residência da Marquesa de Châtelet, com quem ele convive por 15 anos, o casal dispõe de um laboratório no qual conduz diversos experimentos. Nesse período, consolida-se a admiração do francês pela obra de Newton, marcada pelo desapeço em relação às especulações abstratas e pela pregação em prol da indispensável junção das ideias com os fatos (Maynard, 1867, p. 211-239). A segunda preocupação de natureza científica de Voltaire consiste no seu impulso em propagar ao indivíduo comum, em linguagem simples e circunspecta, o conhecimento histórico, considerado então gênero literário inferior.⁴ É na condição de homem de letras

que ele se posta diante da tarefa. Ou, como observa Leigh (2004, p. xiii): “Voltaire é sucessivamente um poeta épico, um escritor de tragédias e, por fim, um historiador”. Para tanto, o critério da boa escrita neste campo particular do conhecimento, no século dezoito, deixava de ser dominado pela *ars rethorica* apurada dos clássicos, devendo, ao contrário, se pautar pela clareza e objetividade. Com efeito, o poeta Nicolas Boileau (1636-1711), em *L'Art poétique* (1825 [1674], p. 129-142), recomendava aos homens de letras redação simples, clara e coerente. Na mesma época, o jesuíta Dominique Bouhours (1628-1702), no opúsculo *La manière de bien penser sur les ouvrages d'esprit* (1687), já assinalara tais características como essenciais ao ofício da redação histórica. No livro, a certa altura, o personagem Eudoxe declara ao seu interlocutor Philante: “Acredite, eles [os filósofos] devem escrever claramente, bem como os historiadores, e nisso devem estar ainda mais obrigados a fim de nos desvendar os segredos da natureza. Admiro Aristóteles onde ele é inteligível, mas deixo de fazê-lo quando ele se torna confuso” (Bouhours, 1687, p. 368).⁵

Tendo-se em vista a formação literária de Voltaire, uma das influências mais importantes em sua concepção do progresso seria aquela exercida pelo clérigo, diplomata e secretário da Academia Francesa Jean-Baptiste Dubos (1670-1745). Em suas *Réflexions critiques sur la poésie et sur la peinture* (1719)⁶, o abade apresenta refinada teoria da evolução histórica das artes motivado pelo fato de que, segundo ele, em alguns séculos a criatividade artística sofrera longa estagnação para, em certos momentos, florescer intensamente nas suas mais diversas manifestações. Com essa perspectiva em mente, Dubos identifica nos anais da humanidade quatro grandes períodos em que as artes haveriam atingido estado de perfeição, a saber: (i) a Grécia de Filipe e Alexandre; (ii) a Roma de César e Augusto; (iii) a Itália sob os pontificados de Júlio II e de Leão X e, por fim, (iv) a França no reinado de Luís XIV. Na Grécia antiga, afirma Dubos, as obras de arte eram veneradas como tesouros públicos para o usufruto de todos os cidadãos. Em Roma, a junção entre a paz doméstica após as guerras civis e a administração de um homem sábio tornou a capital do Império espaço propício à pujança das artes, notadamente a poesia. Os papas Júlio II e Leão X, de sua parte, pontificaram numa época em que os reinos

⁴ Os historiadores medievais, reproduzindo os romanos, concebiam o labor histórico como *magistra vitae*, ou seja, o ensino dos homens mediante o exemplo. Conjugavam-se aí a eloquência e o convencimento, resultando uma tentativa de transmissão de lições políticas e morais no contexto de batalhas e provações épicas. Com o Renascimento, os autores vinculados à corrente *ars historica* passam a propor a composição de uma história baseada no pensamento crítico e no uso judicioso das evidências, na qual a prosa se reduziria a instrumento de sistematização das informações, recolhidas em fontes confiáveis, e despida de qualquer elemento ficcional. Tais sugestões, na França, seriam encampadas por autores como Géraud de Cordemoy, Pierre Lesconvel e Nicolas Lenglet-Dufresnoy, partidários do que se convencionou denominar *histoire raisonnée* (Leffler, 1976, p. 219-240).

⁵ Sobre Bouhours, comenta Voltaire: “Seus *Remarques sur la langue* e, sobretudo, sua *Manière de bien penser* serão sempre úteis aos jovens que desejam apurar o bom gosto; ele os ensina a evitar o exagero, a obscuridade, o rebuscamento e o que é falso [...] Seu estilo é puro e agradável [...] sente-se que as recomendações de Bouhours, juntamente com as de Boileau, deveriam ser elevadas à condição de leis” (Voltaire, 1830b, t. I, p. 66).

⁶ Voltaire não ocultava a sua admiração por este trabalho de Dubos: “É o livro mais útil jamais escrito sobre o assunto em qualquer das nações da Europa. O que faz o mérito dessa obra não é o fato de conter poucos erros e muitas reflexões verdadeiras, inéditas e profundas. Não se trata de um livro metódico: mas o autor pensa, e faz pensar” (Voltaire, 1830b, t. I, p. 101).

e vilas da Itália se encontravam sob governos estáveis e ao abrigo dos saqueadores, de modo que ali foi possível o florescimento das letras, da pintura e da arquitetura. Já o Rei Luís XIV soubera proteger as artes, congregando os melhores artistas e escritores em sua corte, bem como os recompensando em conformidade com o mérito individual (Dubos, 1719, v. 2, p. 126-138).

O desenvolvimento geral das artes, para Dubos, dependia de dois fatores. O primeiro corresponderia às ditas causas morais, entre as quais se incluíam a situação favorável aos pintores e poetas em início de carreira; a inclinação do soberano e dos cidadãos para apreciar o belo; a excelência dos mestres no ensino de sua técnica aos alunos; o quadro geral de paz, possibilitando aos homens dedicação às artes e, por fim, a distribuição de recompensas aos artistas por parte dos soberanos, atentando, contudo, ao talento de cada um. Com frequência, porém, e aí residiria o enigma para Dubos, tais causas, por mais importantes que fossem, revelar-se-iam insuficientes para dar início ou até mesmo prolongar um período de magnificência artística. Antes, os surtos de genialidade surgiriam e se dissipariam em lapso estreito de tempo:

Ocorre que chega uma época em que os homens, em poucos anos, conduzem as artes e as profissões que cultivam a um ponto de perfeição após um período de séculos em que as mesmas foram cultivadas sem qualquer fruto. Esse prodígio sucede sem que as causas morais façam algo de novo a que se possa atribuir um progresso miraculoso. Ao contrário, as artes e as ciências declinam quando as causas morais exercem esforços redobrados para sustentá-las no ponto de elevação aonde parece que uma influência secreta as alçou (Dubos, 1719, v. 2, p. 164-165).

A explicação para a brevidade dos episódios históricos de refinamento das artes, de acordo com Dubos, residiria nas causas físicas, ou seja, nas diferenças de qualidade do ar que alimenta o sangue, nutriente vital dos órgãos e do cérebro durante a formação dos jovens. Assim como duas crianças idênticas se tornariam diferentes se criadas em países afastados, da mesma forma, pensa o abade, elas viriam a se diferenciar entre si caso nascidas no mesmo local, mas em épocas distintas, nas quais as condições atmosféricas tivessem sofrido alteração. Mas como a qualidade do ar dependeria, em última instância, das emanções do solo, Dubos imagina haver encontrado aí a razão não apenas de os séculos de esplendor artístico eclodirem de forma esparsa no tempo, mas também de sua circunscrição no espaço, haja vista que eles teriam se localizado apenas na Europa, em regiões de ambiente ameno e temperado, e não nas demais partes do globo com geografia e climas adversos (Dubos, 1719, v. 2,

p. 224-261). Voltaire, como será visto, preservará as causas morais em seus escritos, mas deixará de lado, para todos os efeitos, as causas físicas adiantadas por Dubos.

A nova metodologia da história

Após este breve percurso no domínio das letras, é hora de se perguntar: em que consistia enfim a noção de história esposada por Voltaire? Nos seus *Remarques sur l'histoire* (1878a [1742]), ele lamenta de imediato o caráter fantasioso da história antiga e que se prolongava nas obras modernas, incapazes de apresentar coisas novas e verdadeiras. Ou, ainda: “O que falta em geral aos que compilam a história é o espírito filosófico: a maior parte, em vez de discutir os fatos com os homens, redige contos para as crianças” (Voltaire, 1878a, p. 146). Nesse momento, Voltaire ainda entende o estudo do mundo antigo como simples objeto de curiosidade diante da escala das transformações de seu tempo. Como exemplo de tais eventos decisivos, ele cita a invenção da imprensa, a tomada de Constantinopla pelos turcos, o ressurgimento das artes na Itália, a cisão do Cristianismo, o novo sistema de equilíbrio entre as potências e a descoberta da América. A história séria e verdadeira, para Voltaire, deveria se ocupar desse novo mundo, interligado pelo comércio e pelas ideias, a despeito das guerras e dos conflitos religiosos.

Pouco depois, em suas *Nouvelles considerations sur l'histoire* (1878b [1744]), Voltaire manifesta o desejo de que esse campo do saber viesse a reproduzir os métodos da física de maneira a se compreender melhor o ser humano. Condenando a escrita histórica contemporânea, confinada à descrição de batalhas, intrigas palacianas e minúcias irrelevantes, ele se alinha com os autores da *histoire raisonnée* e indica como essencial, em vez disso, que se examinassem as forças de uma nação em guerra, a dinâmica de sua população, assim como as razões de expansão ou declínio das cidades e dos impérios. De qualquer modo, para ele, a crônica de seu tempo simplesmente desconsiderava os aspectos fundamentais da evolução recente do mundo, enquanto a história antiga teria a utilidade das fábulas, servindo apenas para a cronologia dos fatos e certas lições morais (Voltaire, 1878b, p. 138-141).

Por fim, no verbete *Histoire* (1789a [1765]), redigido para a *Encyclopédie*, Voltaire, de início, define a história como a narrativa de fatos verdadeiros, enquanto a fábula se ocuparia do que fosse falso. A seguir, questiona a credibilidade dos registros da antiguidade, eivados de mitos e enredos fantásticos cujo único fundo de verdade residiria na constatação de haver existido grandes impérios, tiranos cruéis e homens supersticiosos. A utilidade da história, tal como Voltaire a pensava, residiria na comparação das leis e dos costumes entre as nações, estimulando-se assim a

disseminação dos avanços nas artes, no comércio e na agricultura, bem como o aprendizado com os erros do passado a fim de se evitar a repetição das tragédias pretéritas. Para o novo direcionamento da composição histórica, seria preciso descartar-se o inverossímil e adotar-se o ceticismo no tocante aos relatos imprecisos, privilegiando-se os costumes, as leis, o comércio, a agricultura e a população, de modo a se alcançar nesse campo condição semelhante à prevalente na matemática e na física (Voltaire, 1879a, p. 346-370). Ou ainda, de acordo com as *Nouvelles considérations*:

Eis então um dos objetos de curiosidade de quem se interessa por ler a história como cidadão e como filósofo. Ele irá longe ao se debruçar sobre esse conhecimento: ele pesquisará qual foi o vício radical e a virtude dominante de uma nação: por que ela foi poderosa ou fraca sobre os mares; como e a que ponto ela se enriqueceu depois de um século; os registros de exportação podem lhe mostrar. Ele desejará saber como as artes e as manufaturas se estabeleceram; ele acompanhará a passagem e o retorno das mesmas de um país a outro. As mudanças dos costumes e das leis serão, enfim, seu grande objeto. Saber-se-á assim a história dos homens, em lugar de se conhecer uma parte ínfima da história dos Reis e de suas Cortes (Voltaire, 1878b, p. 140).

Nesta definição, Voltaire aponta um objeto original para o estudo da história, elevando ao centro das preocupações a evolução dos aspectos econômicos, morais e jurídicos da sociedade, diferentemente do habitual naquele tempo, sugerindo inclusive, para tal propósito, dedicação e pesquisa. Nada disso se empreendia até então e daí o caráter inovador da proposta do filósofo francês.⁷ Conforme indicou Paul Hazard (1965, p. 260-261), vários historiadores da época se imaginavam romancistas da aventura humana, menosprezando o empenho no trabalho árduo e fatigante de coleta de informações em bibliotecas, monastérios e arquivos, satisfazendo-se com alguma leitura e boa dose de liberdade criativa.⁸ Vale incluir aqui a observação de Brumfitt (1958, p. 59) sobre esse ponto: “Entre os trabalhos consultados por Voltaire quando da redação de *Siècle*, encontravam-se as histórias de Luís XIV elaboradas por Limiers (1717), Larrey (1718) e La Hode (1737). Nenhum [...] mostra preocupação com o tipo de

explicação histórica exibida por Voltaire.”

De outra parte, não se pode esquecer igualmente que sendo a história considerada gênero literário menor, a aridez da narrativa racional sobre assuntos econômicos ou jurídicos, como reclamada por Voltaire, dificilmente operaria em benefício de uma publicação desse teor, residindo aí uma das razões da proliferação das obras de louvor aos feitos reais e cavalheirescos nos campos de batalha, eventos próprios para as lições de ordem moral e atalho seguro para os favores do Rei. Por isso, a proposta inovadora adiantada por Voltaire somente poderia vingar num ambiente no qual o método científico já tivesse colhido frutos palpáveis em campos consolidados do saber, fazendo do surgimento da história, entendida como o emprego incondicional da razão ao estudo da evolução dos homens, verdadeira conquista do Século das Luzes. “A filosofia do Iluminismo”, como assinala Cassirer (1968, p. 200), “tinha que se tornar criativa e produzir; ela não podia se contentar em sistematizar os resultados científicos oferecidos pelas várias disciplinas: ela precisava alcançar algo em si e estender o trabalho da ciência básica a um campo mais amplo”. Para os pensadores iluministas em geral, pode-se afirmar que a crítica ao legado medieval envolvia o divórcio irreversível entre a história e a fábula, estabelecendo-se o imperativo de revisão cuidadosa da evidência. O objetivo moral embutido nas obras do passado cede vez à reflexão racional, marcada, de um lado, pelo ceticismo em relação à história antiga e, de outro, pela refutação sumária de toda a forma de superstição e de misticismo. O estudo das civilizações e dos homens em sua existência material assume o primeiro plano em lugar das guerras, das batalhas e das conspirações, conformando uma abordagem radical e inédita cujo representante mais notório estaria personificado em Voltaire (Nadel, 1964; Pflug, 1971; Grafton, 2007, p. 1-34).

A ideia voltairiana de progresso

Qual, então, a ideia de progresso adotada por Voltaire nos trabalhos em que ele próprio se decide a concretizar os preceitos indicados? Logo na introdução de *Siècle de Louis XIV*⁹, seu material histórico mais elaborado, lê-se que todos os tempos tiveram seus heróis, seus políticos e suas revoluções, mas, para as pessoas de

⁷ Quanto à filosofia da história proposta por Voltaire, Sakmann (1971) oferece o melhor estudo sobre o tema, destacando as seguintes recomendações metodológicas do francês: (i) atenção aos grandes séculos; (ii) adoção de abordagem crítica face ao misticismo antigo e à subjetividade dos historiadores; (iii) estudo da realidade em vez do uso da imaginação; (iv) recusa liminar de todos os eventos contrários à natureza; (v) corroboração da evidência por fontes distintas; (vi) prioridade à cultura dos povos e ao espírito das épocas; (vii) historiografia de caráter universal e secular; (viii) independência e ausência de preconceitos por parte do historiador e, por fim, (ix) a construção da história de modo a induzir à reflexão sobre o presente e a evitar a repetição das catástrofes passadas. Pierse (2010, p. 13-42) detalha vários dos pontos listados.

⁸ Leffler (1976, p. 236) assim descreve a prática efetiva dos proponentes da *histoire raisonnée*: “Vendo-se como homens de letras em vez de coletores de dados, eles depreciaram tantos os eruditos passados quanto presentes como meros cronologistas ou compiladores, designando-os pedantes por sua preocupação com minúcias. Eles realizaram um mínimo de pesquisa original e pouco se empenharam no uso de fontes confiáveis.”

⁹ A redação do livro foi iniciada em 1732, tendo sido publicado em sua totalidade pela primeira vez em 1752, alcançando notável sucesso editorial. *Siècle* é adicionado como parte final da versão de 1756 do *Essai*, voltando, no entanto, a ser publicado separadamente em diversas edições subsequentes corrigidas e ampliadas por Voltaire (consulte-se o Prefácio de Beauchot a Voltaire, 1830b, t. I, p. i-xvii).

bom gosto, somente quatro períodos felizes da história testemunharam a grandeza do espírito humano manifesta no aperfeiçoamento das artes. Apoiado em Dubos, Voltaire enumera as grandes épocas da humanidade. A primeira, a Grécia antiga ao tempo de Alexandre, lar de Platão, Péricles e Demóstenes, entre outros, mereceria glória eterna por ter sido a pioneira num mundo hostil dominado pela barbárie. A segunda, a Roma de Augusto, onde caminharam Cícero, Virgílio, Tito Lívio e outros grandes da língua latina, seria sucedida pela terceira época somente após a tomada de Constantinopla por Maomé II, quando os Médici em Florença atraíram os sábios e artistas gregos em fuga e que ali, encontrando solo fértil, fizeram prosperar novamente as artes. O quarto século de progresso para Voltaire, e o que julga mais próximo da perfeição, seria aquele transcorrido no reinado de Luís XIV (1654-1715), favorecido pelos refinamentos alcançados nas épocas anteriores e durante o qual haveria se operado verdadeira revolução nas artes, nos costumes e na forma de governar. A influência desses avanços se espalhara pela Europa, dando origem a uma época a ser lembrada com orgulho perene pela nação francesa. “Todos os séculos se parecem pela sordidez dos homens, mas não conheço outras idades que não essas marcadas pelos grandes talentos” (Voltaire, 1830b, t. I, p. 240).

Para emprestar maior proeminência a sua tese, Voltaire ressalta o atraso da França ao tempo de Luís XIII (1601-1643), quando a nação não dispunha de exércitos, as estradas eram intransitáveis, o Estado definhava sem crédito e o reino em nada contribuía para o desenvolvimento humano. A situação europeia, quando da ascensão de Luís XIV, é descrita como de estagnação geral, sendo a Alemanha considerada um país laborioso, mas grosseiro, faltando-lhe um imperador com poder efetivo, enquanto a Espanha consistiria num corpo sem substância, governado por reis incapazes. A Inglaterra, por seu turno, tinha atravessado uma guerra civil que imobilizara a sua economia até a ascensão de Cromwell. Quanto à Itália, dividida em principados e reinos sem expressão, com comércio fraco e sem dinheiro, restava-lhe o poder espiritual da Igreja, abalado, todavia, pela divisão da Cristandade. As Províncias Unidas, compreendendo os Países Baixos, conformariam uma terra livre e dedicada ao trabalho, mas ainda pobre. O Império Moscovita e demais partes remotas da Europa, por fim, estariam mergulhados na selvageria (Voltaire, 1830b, t. I, p. 237-269).

É de se notar que, nos primeiros 23 capítulos de *Siècle*, Voltaire estende-se sobre as guerras de Luís XIV (Franco-Holandesa, 1672-1678, dos Nove Anos, 1688-

1697 e da Sucessão Espanhola, 1701-1714). Curiosamente, o relato das diversas batalhas lideradas pelo Príncipe de Condé, assim como pelos marechais Turenne, Villars e outros não menos insígnies, ocupa quase uma terça parte da obra, na qual são discutidas as estratégias militares, a diplomacia do período, a formação das grandes alianças europeias e a afirmação do poderio continental de Luís XIV.¹⁰ A única vantagem de tais conflagrações, para Voltaire, decorreria da circunstância de haverem se desenrolado fora das fronteiras do país, evitando assim a devastação interna. Isso teria possibilitado uma ativa política de fortalecimento da economia doméstica por obra do empenho de Jean-Baptiste Colbert no posto de Controlador-Geral das Finanças. Voltaire qualifica como geniais as iniciativas mercantilistas do ministro, determinando a isenção de tarifas aduaneiras aos comerciantes, a abertura dos portos, a criação da Companhia das Índias Ocidentais, a concessão de subsídios à construção naval e ao comércio externo, além dos incentivos direcionados à instalação de inúmeras manufaturas em solo francês.

Paris, nesse tempo, é pavimentada e policiada, enquanto a construção de prédios, de palácios e de monumentos se expande. No campo jurídico, redigem-se os códigos criminal, comercial e de águas e florestas, juntamente com os estatutos das manufaturas. As brigadas e os regimentos são profissionalizados, criam-se o corpo de engenheiros e a escola de artilharia, formando-se assim um exército regular, enquanto se realizam pesadas inversões na formação de imponente força naval. Em função disso tudo, explica Voltaire, os costumes se tornaram mais polidos e respeitáveis, enquanto a disseminação da leitura solidificara os espíritos. Nas artes e nas ciências, prossegue ele, Luís XIV distribuía prêmios e pensões aos mestres nacionais e estrangeiros, que o reverenciavam por meio de panegíricos e poemas, enquanto o fausto inigualável de Versalhes colocava em movimento a indústria do país. Enfim, comenta Voltaire, esse quadro de prosperidade resultara do uso esclarecido do poder por um monarca sensível que fizera de seu século um período memorável da história, tornando a nação francesa referência para todas as demais no continente europeu (Voltaire, 1830b, t. I, p. 237-344). Eis uma ilustração de como Voltaire retrata a grandiosidade do período testemunhada por Luís XIV:

Era coisa realmente admirável ver os portos marítimos, anteriormente desertos e arruinados, agora cercados de obras para o seu ornamento e defesa, repletos de navios e marujos, contando já com quase sessenta grandes naus que ele podia armar para a guerra. Os novos

¹⁰ Pierse (2010, p. 100) elenca algumas possíveis razões para tal opção: “É plausível que Voltaire necessitasse que sua história fosse percebida e, portanto, lida, como *história* numa forma reconhecível a fim de lentamente convencer o público leitor da importância de seu novo e filosófico tipo de história. É evidente também que ele se concentra nesses episódios de batalhas porque eles foram decisivos na conformação da direção futura da Europa e porque ele desejava adular o rei Luís XV.”

colonizadores, protegidos por sua bandeira, partiam de todos os cantos para a América, as Índias Orientais e a África. Ainda, na França e sob seu olhar, prédios imensos ocupavam milhares de homens com todos os ofícios que a arquitetura estimula ao seu redor; e, no interior de sua corte e da capital, as artes mais nobres e engenhosas ofereciam à França os prazeres e uma glória que os séculos precedentes jamais suspeitaram. As letras floresciam; o bom gosto e a razão penetravam nas escolas da barbárie (Voltaire, 1830b, t. I, p. 376).

Tudo isto, evidentemente, está já a certa distância de Dubos, pois o que Voltaire apresenta ao leitor em *Siècle* é uma associação estreita entre as ideias de progresso e de civilização, compreendendo, portanto, os aspectos econômicos, administrativos, morais e artísticos da sociedade. “Desafio”, proclama Voltaire, “que me mostrem alguma monarquia sobre a terra na qual as leis, a justiça distributiva, os direitos da humanidade tenham sido mais respeitados e onde se tenham feito coisas mais benéficas para o bem público do que sob os cinquenta e cinco anos do reinado de Luís XIV” (Voltaire, 1830b, t. I, p. 520). Sob esse ponto de vista, a prosperidade geral num ambiente de paz, as ditas causas morais, adquirem papel fundamental no estabelecimento de bases objetivas sobre as quais se assenta o desabrochar das artes e dos indivíduos de gênio. E o motivo de Voltaire para essa visão original do processo histórico não poderia ser mais solene. Pois o que ele julga meritório no estudo do passado humano é justamente aquilo que, em seu entendimento, conseguiu sobreviver intocado ao desgaste perpétuo das eras, ou seja, as obras de arte, os grandes romances, os poemas heroicos, as leis sábias e os belos monumentos. Dito de outra forma, a história, de acordo com a perspectiva de Voltaire em *Siècle*, não trata daquilo que se desfaz na torrente interminável dos fatos, mas, sim, daqueles raros episódios nos quais o homem, por uma erupção singular de talento, logra suplantar a voracidade cega do esquecimento.

Insistimos repetidamente, no curso desta história, que os desastres públicos dos quais ela é composta e que se sucedem uns aos outros quase sem interrupção são apagados pacientemente dos registros dos tempos. Os detalhes e as motivações da política caem no olvido; as boas leis, os institutos, os monumentos produzidos pela ciência e pelas artes subsistem para sempre (Voltaire, 1830b, t. I, p. 334; veja-se também 1830b, t. I, p. 242-243).

Mas, aqui, por mais original que seja a visão histórica de Voltaire, é imperativo admitir que a mesma, na obra em análise, atende somente parte dos objetivos que ele próprio estabelecera em seus escritos filosóficos. Pois, se a vida social dos homens é alçada ao centro do discurso histórico, tal procedimento se justifica apenas por estar apoiado na suposição de existência de eras extraordinárias que, em vista disso, terminavam por relegar longos períodos da trajetória humana ao fosso comum de mediocridade. Ou, como o próprio Voltaire viria a observar mais tarde no *Essai*: “É preciso, portanto, uma vez mais, reconhecer em geral que toda essa história é um amontoado de crimes, de loucuras e de desastres, em meio aos quais se avistam algumas virtudes, alguns tempos felizes, como se encontram as habitações, distribuídas aqui e ali, nos desertos selvagens” (Voltaire, 1829, t. IV, p. 478). Isso significa que a história ao estilo de Dubos, em verdade, restringe de forma excessiva e arbitrária o espectro de investigação do historiador, subtraindo-lhe de seu olhar inquiridor justamente aquilo que deveria ser objeto de sua atenção, ou seja, o desenrolar perpétuo dos assuntos humanos não só em seus espasmos de magnificência, mas também naquelas largas eras de crueza e de estagnação.

A dinâmica histórica do atraso e do progresso em Voltaire

Em seu *Essai sur les mœurs*¹¹, Voltaire empreende exhaustiva jornada através da história universal cobrindo não só o período precedente omitido em *Siècle*, ou seja, o extenso intervalo de Carlos Magno a Luís XIII, mas também compondo amplo painel comparativo da Europa com outras civilizações, como a China, a Índia, a Pérsia e o Islão.¹² A introdução, porém, contando com cinquenta e três capítulos, fora redigida originalmente sob o título *Philosophie de l’histoire* (1763), anexada mais tarde como discurso preliminar do *Essai* na edição de 1769. Nessa parte inicial do livro, abandonando a sua cautela anterior, Voltaire decide lançar a vista até a antiguidade, deixando assim material ímpar no tocante à sua visão sobre o progresso humano ao longo dos séculos. Para tanto, esta seção tratará das principais forças de contenção do avanço histórico da humanidade por ele contempladas para, na sequência, abordarem-se os elementos capazes de conduzir

¹¹ O livro aparece em 1753, em seus dois primeiros tomos, sob o título *Abrégé de l’histoire universelle depuis Charlemagne jusqu’à Charles-Quint*, sendo o sexto e último tomo publicado em 1758. O livro foi dedicado a Madame de Châtelet, que lamentava ser a história moderna uma massa confusa de fatos, e sofreria diversas revisões até o derradeiro ano de vida de Voltaire (veja-se o Prefácio de Beuchot, Voltaire, 1829, t. I, p. i-viii).

¹² Como explica Pocock (2000, p. 107-119), ao remontar à história da China e da Índia na abertura do *Essai*, Voltaire não apenas aponta o direito de todas as nações à visibilidade histórica como também, e principalmente, procura deslocar a história humana de seu eixo hebraico-cristão que, segundo o pensador francês, tornara a Europa bárbara e supersticiosa em tempos medievais, bem como agressiva e guerreira na época moderna.

os homens a uma situação de prosperidade.

Antes, contudo, é preciso observar que Voltaire, no *Essai*, após descrever as origens das crenças e superstições em tempos imemoriais, assume a existência de uma força imanente que move a sociedade, de forma lenta, mas persistente e a despeito da sucessão infinita de hecatombes que sobre ela se abatem, rumo a uma situação de progresso. O homem, em sua origem, esclarece Voltaire, é um ser essencialmente gregário, semelhante às formigas, às abelhas e aos castores. Ele nasce dotado não apenas de certas noções morais como a justiça e a comiseração, mas também do dom da razão: “Deus nos doou um princípio de razão universal, como ele doou as plumas aos pássaros e o pelo aos ursos; e esse princípio é tão constante que ele subsiste apesar das paixões que o combatem, dos tiranos que desejam afogá-lo em sangue e dos impostores que pretendem aniquilá-lo pela superstição” (Voltaire, 1829, t. I, p. 34). Embora acossado pelos infortúnios que lhe são infligidos de maneira incansável por seus semelhantes, o homem renasce invariavelmente dos escombros para reconstruir o que perdeu e levar adiante o comércio, as invenções e as artes. Ou, como Voltaire explica a propósito da destruição causada pelo início da Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França ao tempo de Filipe de Valois (1337-1347) e, logo a seguir, pela Peste Negra (1348):

Após o encadeamento de tantas calamidades, após a natureza e a fúria dos homens terem conspirado para desolar a terra, muitos se espantam de que a Europa seja hoje tão próspera. O único recurso do gênero humano encontra-se nas vilas que os grandes soberanos menosprezam. O comércio e a indústria dessas localidades reparou silenciosamente o mal que os príncipes fizeram com tamanho estrondo. A Inglaterra, sob Eduardo III, recupera com juros os tesouros que lhe custaram os empreendimentos de seu monarca: ela vende as suas lãs e Bruges as processa. Já os belgas se ocupam das manufaturas, as vilas hanseáticas formam uma república útil ao mundo e as artes se sustentam de forma constante nas vilas livres e comerciantes da Itália. Essas artes tendem a se difundir e a se desenvolver; após as grandes tormentas, elas se transplantam como por si próprias nas regiões devastadas que delas necessitam (Voltaire, 1829, t. II, p. 367).

A capacidade inesgotável de regeneração dos indivíduos em face da persistência das catástrofes e dos flagelos permite a Voltaire escrutinar mais detalhadamente as causas da estagnação das sociedades. O desafio inicial a vencer nos primórdios da história teria sido o mais difícil, porquanto haveria exigido tempo “prodigioso” para que os indivíduos se submetessem a regras comuns e viessem a

estabelecer os rudimentos da linguagem (Voltaire, 1829, t. I, p. 11-13). Após este longo período, ou seja, com o advento da civilização, o primeiro e imenso obstáculo ao progresso estaria radicado no misticismo e na superstição herdados da antiguidade, tendo como caso emblemático o suplício de Joana d’Arc na Idade Média: “Não haveria crueldade suficiente para levar os homens a cometerem tais execuções; foi necessário ainda o fanatismo, essa composição de superstição e ignorância que tem sido a moléstia de quase todos os séculos” (Voltaire, 1829, t. II, p. 410). O segundo fator preponderante de retardo no caminho da humanidade, particularmente na Europa medieval, residia nas invasões bárbaras. Esses povos, como explica Voltaire, jamais experimentariam o progresso por terem como desígnio exclusivo o saque e a devastação, a exemplo do sucedido após a queda de Roma quando os anfiteatros, os monumentos e as estradas foram por eles destruídos sem nada deixarem atrás de si, como tribunais, leis ou universidades capazes de aperfeiçoar o homem. “Os tártaros partiram de seus desertos em 1212 e conquistaram a metade do mundo em 1236: esta é toda a sua história” (Voltaire, 1829, t. II, p. 232; veja-se ainda o contraste entre Tamerlão e Alexandre, 1829, t. II, p. 476).

O terceiro elemento de atraso no avanço das sociedades e, possivelmente, o mais pervasivo, a religião, quase sempre se apresentava revestido de fanatismo cego conducente a guerras internas, buscando a Igreja se impor aos homens e aos reis como poder atemporal acima das nações. Aí residiria a causa da queda de Roma, debilitada pelos conflitos religiosos domésticos movidos pelo Cristianismo, bem como das malsucedidas Cruzadas e dos intermináveis embates entre o papado e a realeza na Europa medieval. “A história dos grandes eventos deste mundo nada mais é do que a história dos crimes. Não há um só século que a ambição dos laicos e dos eclesiásticos não tenha preenchido de horrores” (Voltaire, 1829, t. I, p. 458). Dentre esses males, as guerras são vistas por Voltaire como as grandes calamidades humanas, fonte de empobrecimento e de agruras para as populações ao longo dos tempos e causa extrema do declínio de Luís XIV. O argumento é bem elaborado em diversos pontos de *Siècle* como, por exemplo, o seguinte: “Entre as nações da Europa, a guerra, ao fim de alguns anos, faz o vencedor tão desafortunado quanto o vencido. É um abismo no qual todos os canais da abundância são tragados” (Voltaire, 1830b, t. II, p. 282; veja-se igualmente 1830b, t. I, p. 337, *passim*).

Mas o extenso repertório de forças retrógradas da história não se encerra aí. Voltaire identifica ainda no respeito à tradição poderoso elemento de obstrução do conhecimento, agente de estagnação das ciências no Império chinês, assim como da inutilidade do saber cultivado nas universidades europeias medievais e contra o qual as

novas ideias iluministas se debatiam. A capacidade de inércia da tradição é atestada pelo destino do nobre Pico della Mirandola (1463-1494), jovem cuja inteligência incomum viu-se desperdiçada em querelas escolásticas carentes de significado. Para Voltaire, a teologia medieval ocasionara maior prejuízo à Europa do que todas as invasões dos hunos e vândalos. “A história do príncipe della Mirandola nada mais é do que a de um estudante repleto de genialidade percorrendo uma vasta carreira de erros, guiado às cegas por instrutores cegos; o que se assistiu foi a história dos mestres da falsidade que fundamentam seu poder sobre a ignorância humana” (Voltaire, 1829, t. III, p. 83). Esta seria a origem, igualmente, do atraso da ciência durante o Renascimento na Itália, vitimada por perseguições como a sofrida por Galileu: “Tal julgamento contra uma verdade provada depois por tantas maneiras é um grande testemunho das forças do preconceito [...] A filosofia, sempre entravada, não pode alcançar tanto progresso quanto as artes no século dezesseis” (Voltaire, 1829, t. III, p. 188).

Prosseguindo, Voltaire aponta a organização social engendrada pelo feudalismo como outro formidável elemento de subsunção do potencial humano de progresso. Nesse sistema prevalecente em terras europeias, a maioria dos homens encontrava-se oprimida por uma ínfima minoria, sem a menor possibilidade de ascensão social por parte do indivíduo comum.

É preciso reconhecer ter sido triste para a humanidade a existência de apenas duas ordens no Estado: uma composta pelos senhores feudais, que não somavam mais do que cinco-milésimos da nação, e a outra, o clero, ainda menos numerosa [...] O corpo da nação, portanto, contava para nada à época. Essa era uma das razões efetivas que fizeram estagnar o reino da França ao sufocar toda a indústria (Voltaire, 1829, t. II, p. 441).

Um fator de retrocesso quase sempre negligenciado nos estudos sobre Voltaire se relaciona ao papel central por ele atribuído à condição feminina no processo civilizador. Para os povos orientais, como os persas, os árabes e judeus, nos quais as mulheres viviam em reclusão, não haveria possibilidade de se apurar o bom gosto e a civilidade dos costumes, pressuposto para a elevação do espírito e das artes, porquanto somente a brutalidade e as guerras ocupariam a mente dos homens. “Os orientais nada têm de refinamento”, critica Voltaire, “pois as mulheres não são admitidas na sociedade. Eles não possuem ordem

nem método, abandonando-se aos seus devaneios na solidão em que passam parte de suas vidas” (Voltaire, 1829, t. I, p. 313, veja-se também 1829, t. II, p. 430). Por fim, subjacente a tudo isso, perpetuava-se a ignorância dos homens, permitindo aos indivíduos instruídos, geralmente os religiosos, exercerem o domínio que o conhecimento sempre lhes concedeu sobre os iletrados. “Tudo que vimos neste quadro da história geral mostra como a ignorância estancou os povos do Ocidente. As nações submissas aos romanos se tornaram bárbaras pelo desmembramento do império, enquanto as outras sempre o foram. Ler e escrever constituía ciência bem pouco comum antes de Frederico II” (Voltaire, 1829, t. II, p. 334).

Perante essa verdadeira legião de causas do atraso arregimentada por Voltaire, como extrair de tal quadro desalentador algo que se assemelhasse a um cenário de progresso entre os homens? A primeira forma de superação das forças retrógradadas por ele divisada consistiria na promoção da liberdade, principalmente nos espaços onde o progresso tem lugar, isto é, nas vilas e cidades subjugadas pelo poder senhorial. Ressalta-se aqui, contudo, que a emancipação a que ele se refere é essencialmente de caráter econômico. Embora favorável à liberdade de consciência e de escrita, Voltaire entendia que o uso de tais atributos deveria sofrer restrições, especialmente quando se tratasse de investidas contra o poder real ou de críticas aos *philosophes*.¹³ A sua simpatia pela forma republicana de governo, a qual julgava praticável apenas em países de reduzida dimensão, era atenuada por seu entendimento de que tais Estados constituir-se-iam presa fácil dos grandes impérios europeus. O exemplo histórico mais contundente dessa preocupação é fornecido por seu detalhado relato da rápida invasão das cidades holandesas pelo exército de 130 mil homens de Luís XIV em 1672: “[O] que tinha a Holanda para resistir? Um jovem príncipe de constituição fraca que nunca estivera numa batalha ou num cerco e aproximadamente vinte e cinco mil péssimos soldados, os quais constituíam toda a força da nação” (Voltaire, 1829, t. I, p. 389-390). Além disso, no capítulo do *Essai* em que trata da Guerra da Liga de Cambrai (1508-1516), opondo o Papa Júlio II, Luís XII da França, Maximiliano I de Habsburgo e Ferdinando II de Aragão, de um lado, e Veneza isolada, de outro, Voltaire ressalta ainda a natureza predatória dos impérios diante das diminutas nações livres: “Nunca tantos reis juntaram forças contra a antiga Roma. Veneza era tão rica quanto eles todos reunidos” (Voltaire, 1829, t. III, p. 102; sobre o pensamento político de Voltaire, veja-se

¹³ Esta posição de Voltaire é condizente com a sua defesa da monarquia esclarecida e o combate ostensivo à religião organizada, tendo sido a Igreja a principal opositora do movimento iluminista. Quando, em *Siècle*, ele condena a revogação do Édito de Nantes por Luís XIV em 1685, o faz em virtude dos resultados econômicos nefastos da medida para a França e não por conta de uma defesa do livre arbítrio: “Elas [as famílias protestantes] levam ao estrangeiros as artes, as manufaturas e a riqueza. Quase todo o norte da Alemanha, região agreste e desprovida de indústria, adquire nova feição a partir dessas multidões transplantadas. Elas povoarão vilas inteiras” (Voltaire, 1830b, t. II, p. 386-387).

Neserius, 1926; Perkins, 1956; Faguet, 2010, p. 22-36).

De qualquer sorte, no *Essai*, ao tratar dos tempos de Hugo Capeto (941-996), Voltaire descreve como os grandes senhores de terras se apossaram dos povoados, das vilas e das províncias francesas, estabelecendo uma hierarquia de homenagens, deveres e tributos entre os usurpadores, que passaram a se denominar nobres. “De tudo isso”, escreve ele, “se constituiu esse arranjo monstruoso de membros que não forma um corpo” (Voltaire, 1829, t. II, p. 13). Ainda, ao tratar do reinado de Luís IX (1214-1270), Voltaire aponta como único benefício nascido do desastre humano e financeiro das Cruzadas a liberdade que diversos povoados europeus puderam usufruir de seus senhores, reconstituindo os governos municipais e exercendo as artes e o comércio em proveito próprio. Nesse período, as vilas hanseáticas se aliam para resistir aos senhores feudais e formam uma república de comerciantes, enquanto diversas cidades italianas já desfrutavam dessa condição. Não obstante, o desenvolvimento dos ofícios e do comércio exige tempo, e, durante os séculos XIII e XIV, o estrato intermediário da nação francesa ainda não se consolidara, prevalecendo a abastança dos senhores de terras e dos prelados perante a desdita de muitos. Tudo isso, porém, esclarece Voltaire, seria diferente noutra parte da Europa, onde os homens não experimentavam as amarras feudais: “Mas esse não é o caso [a miséria geral] nas belas vilas comerciantes da Itália, onde se vive com comodidade e opulência: é somente nelas que se experimentam os prazeres da vida. As riquezas e a liberdade estimulam enfim os talentos e aumentam a coragem” (Voltaire, 1829, t. II, p. 421).¹⁴

Mas, afinal, seria o aprofundamento da liberdade na produção e no comércio suficiente para reverter a tendência secular à estagnação após o reino de Luís XIV, como ocorreria ao fim de outras épocas precedentes de esplendor da humanidade? Pierse (2010, p. 104-107) acredita que sim, sugerindo possuir Voltaire um otimismo geral em relação à capacidade humana de se civilizar, mas por intermédio de fases cíclicas, como preconizado por Dubos. Aqui, contudo, é preciso ter em conta a advertência de Brumfitt, que, com justeza, assinala: “Embora os objetivos do liberal propagandista estejam por toda a parte em sua obra, ele usa a história como fonte de exemplos, nunca de autoridade. As lições do passado podem ser utilizadas para moldar o futuro, mas o fato de que algo existiu no passado não é razão para permitir que continue no futuro” (Brumfitt, 1958, p. 66).

Sob tal perspectiva, assoma novo elemento identificado por Voltaire na história contemporânea que estaria ausente em todo o passado humano, emprestando ao tempo presente conformação totalmente distinta de outras épocas. Essa novidade consistiria em nada mais do que a prevalência final da razão. Ou, como o próprio Voltaire observa logo ao início do *Essai*: “É preciso reconhecer que a *história*, assim como a física, não começou a se desenrolar senão ao final do século XVI. *A razão fizera por nascer*” (Voltaire, 1829, t. I, p. 351, *itálicos nossos*).

Dito de outra forma, Voltaire, para além da visão dubosiana dos momentos de brilhantismo das artes e movido pela filosofia newtoniana, percebe agora duas grandes eras na trajetória da humanidade: a primeira, submetida às trevas da ignorância e, a segunda, definida pelo triunfo irreversível do pensamento racional. A pré-história do homem compreenderia então todos os séculos de miséria e atrocidades em que correram soltos a superstição, a intolerância e o fanatismo religioso. Para subverter esses tempos obscuros de maneira definitiva, seria imprescindível a supremacia da razão na consciência humana. E assim, com efeito, parecia-lhe haver começado a ocorrer no mundo em que vivia quando, em passagem memorável de *Siècle*, é enaltecida a *republique des savants*, a se erigir a cada dia na Europa acima das fronteiras nacionais:

Nunca antes a correspondência entre os filósofos foi tão universal; Leibniz ajudou a animá-la. Viu-se uma república literária estabelecida sem alarde na Europa, malgrado as guerras e as religiões diferentes. Todas as ciências, todas as artes receberam assim amparo mútuo; as academias vieram a formar essa república. A Itália e a Rússia se uniram pelas letras. Os ingleses, os alemães e os franceses foram estudar em Leyden. O célebre médico Bourhave era consultado, por sua vez, pelo Papa e pelo Czar. Seus grandes alunos atraíam os estrangeiros e se tornaram, por assim dizer, os médicos das nações; os verdadeiros sábios de cada gênero estreitaram os laços dessa imensa sociedade de espíritos, por tudo disseminada e por tudo independente. Essa correspondência ainda se mantém, sendo um consolo dos males que a ambição e a política espalham sobre a terra [...] É suficiente se observar neste ponto que, durante o século passado, os homens adquiriram mais luzes de um canto a outro da Europa do que em todas as épocas precedentes (Voltaire, 1830b, t. II, p. 342, 344, *grifo nosso*).¹⁵

¹⁴ Vignery (1960) e Ousselin (1999) avaliam a aparente contradição entre as posições mercantilista e liberal de Voltaire, indicando existir aí apenas pontos de conflito superficiais na visão de um autor vinculado, de fato, às propostas do liberalismo econômico. É oportuno lembrar também a esse respeito que entre muitos intelectuais e homens de negócios franceses do século XVIII, prevalecia a tese, similar a de Voltaire, de liberdade na movimentação interna dos bens, mas associada a forte protecionismo externo como estratégia de construção de uma economia nacional sólida e de salvaguarda do país contra a impiedosa concorrência britânica (cf. Démier, 1990).

¹⁵ Ou ainda, em *Siècle*, quando Voltaire comenta os imensos avanços do conhecimento ao tempo de Luís XIV: “Esta indiferença pelas grandes coisas, tornadas tão familiares, e a admiração dos gregos antigos pelas pequenas coisas, é ainda uma prova da prodigiosa superioridade de nosso século sobre os anteriores [...] A disputa entre os antigos e os modernos está enfim decidida, ao menos em filosofia. Não há um só filósofo antigo que sirva hoje à instrução da juventude nas nações esclarecidas” (Voltaire, 1830b, t. II, p. 339-340; consulte-se também Voltaire, 1878b, p. 140).

Este trecho é crucial, pois nele Voltaire demonstra visualizar uma autêntica comunidade universal do saber, imune, portanto, às conflagrações monárquicas ou eclesiásticas e independente do azo da fortuna manifesto em certas épocas de ouro marcadas por safra única de indivíduos com capacidade excepcional. Nesta era inédita de conquistas desbravada pelo mundo racional, as instituições, como as academias, e a transmissão organizada do pensamento científico em diversas áreas, a exemplo do ensino da medicina, associadas à comunicação constante entre os filósofos, conformariam um ambiente em que os homens de gênio não mais seriam rebentos tardios de um longo esforço acumulativo, mas, sim, frutos permanentes de um *milieu* original e desconhecido até então: o novo reino da ciência. Iniciar-se-ia aí, para Voltaire, a verdadeira história da humanidade e a idade genuína do progresso.

Considerações finais

A interpretação da obra histórica de Voltaire como um aglomerado de anotações desprovidas de uma visão consistente a respeito do progresso humano perde fundamento quando se procede à leitura atenta de seus principais textos dedicados ao assunto. O que se verifica, ao contrário, é a originalidade do pensador das Luzes em reivindicar novo rumo para o trabalho histórico, descartando de antemão as superstições e o fanatismo como fontes do conhecimento na análise evolutiva das sociedades humanas. E, se neste aspecto Voltaire é precedido pelos autores da *histoire raisonnée*, preocupados com a clareza do discurso, com a confiabilidade das fontes e em fazer da vida social o objeto último da história, é ele, todavia, quem toma as rédeas do processo e assume a responsabilidade pioneira de dar forma às ideias, insuflando vida a um gênero de escrita histórica em nascimento. Nessa jornada, ele carrega consigo os méritos e as limitações de sua brilhante veia literária que lhe abre caminho entre o gigantesco emaranhado de fatos do passado para neles resgatar aqueles momentos de glória das civilizações, quando o espírito humano conseguiu despontar acima das tragédias e das calamidades do tempo.

Mas, se a interpretação da história sugerida por Dubos lhe concede bússola segura em meio ao mar revolto dos fatos pretéritos, ela se mostra demasiadamente restritiva para dar conta da totalidade da experiência social humana, como o próprio Voltaire preconizara. Apesar dessa dificuldade, e amparado nos ideais iluministas que ajuda a construir e propagar, ele é capaz de identificar nos indivíduos, ao longo dos séculos, uma força incomum que lhes permite retomar, em meio às adversidades, a luta pela sobrevivência e, sob condições favoráveis, pelo próprio progresso. A materialização desta realidade, contudo, não

seria tarefa simples, fazendo-se necessário derrubar um a um o misticismo, a ignorância, a religiosidade, as guerras e a iniquidade feudal. Para tanto, resultaria indispensável também, por um lado, a busca permanente da liberdade para produzir e vender de modo a que os rendimentos viessem a refletir as capacidades individuais e, de outro, a vitória final da razão sobre as forças retrógradas da superstição e da ignorância. Assim ocorrendo, abrir-se-iam então as portas de uma nova etapa histórica na qual o conhecimento verdadeiro e a iniciativa humana operariam conjuntamente em prol do avanço ininterrupto da sociedade.

Referências

- BLUCHE, F. 1993. *L'ancien regime. Institutions and société*. Paris, Fallois, 220 p.
- BOILEAU, N. 1825. L'art poétique. In: M. DAINU (ed.), *Œuvres complètes de Boileau Despreaux*. Paris, Chez Peytieu, t. II, 449 p.
- BOUHOUS, D. 1687. *La manière de bien penser dans les ouvrages d'esprit*. Paris, Sebastien Mabre-Cramoisy, 436 p.
- BRUMFITT, J.H.B. 1958. *Voltaire historian*. London, Oxford University Press, 178 p.
- CASSIRER, E. 1968. *The philosophy of the Enlightenment*. Princeton, Princeton University Press, 366 p.
- CHAUNU, P. 1982. *La civilization d'Europe des Lumières*. Paris, Flammarion, 424 p.
- DÉMIER, F. 1990. Les économistes de la nation contre l'économie-monde du XVIIIe siècle. In: G. FACCARELLO; P. STEINER (eds.), *La pensée économique pendant la Révolution Française*. p. 281-304, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 700 p.
- DUBOS, J.-B. 1719. *Réflexions critiques sur la poésie et sur la peinture*. Paris, Jean Mariette, 632 p.
- D'ALEMBERT, J. le R. 1751. Discours préliminaire. In: D. DIDEROT; J. le R. D'ALEMBERT, (eds.), *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Paris, Briasson, vol. I, p. i-xlvi.
- FAGUET, E. 2010. *La politique comparée de Montesquieu, Rousseau et Voltaire*. Paris, Société Française d'Imprimerie et de Librairie, 249 p.
- FORCE, P. 2009. Voltaire and the necessity of modern history. *Modern Intellectual History*, 6(3):457-484.
<http://dx.doi.org/10.1017/S147924430999014X>
- GAY, P. 1996. *The Enlightenment: An interpretation: The science of freedom*. New York, W.W. Norton, 705 p.
- GRAFTON, A. 2007. *What was history? The art of history in early modern Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 330 p.
- HAZARD, P. 1965. *European thought in the Eighteenth Century*. Ailesbury, Pelican, 507 p.
- ISRAEL, J. 2006. *I. Enlightenment contested: philosophy, modernity and the emancipation of man 1670-1752*. Oxford, Oxford University Press, 983 p.
- LEFFLER, P.K. 1976. Histoire raisonnée 1660-1720: a pre-Enlightenment genre. *Journal of the History of Ideas*, 37(2):219-240.
<http://dx.doi.org/10.2307/2708822>
- LEIGH, J. 2004. *Voltaire: a sense of history*. Oxford, Voltaire Foundation, 237 p.
- LE RU, V. 2005. *Voltaire Newtonien: Le combat d'un philosophe pour la science*. Paris, Vuibert-Adapt, 120 p.

- LOPES, M.A. 2001. *Voltaire historiador: Uma introdução ao pensamento histórico na época do Iluminismo*. Campinas, Papirus, 144 p.
- MAYNARD, M.-U. 1867. *Voltaire, sa vie et ses œuvres*. Paris, Ambroise Bray, t. I, 505 p.
- NADEL, G.H. 1964. Philosophy of history before historicism. *History and Theory*, 3(3):291-315. <http://dx.doi.org/10.2307/2504234>
- NESERIUS, P.G. 1926. Voltaire's political ideas. *The American Political Science Review*, 20(1):31-51. <http://dx.doi.org/10.2307/1945097>
- NISBET, R. 1980. *History of the idea of progress*. New York, Basic Books, 370 p.
- O'BRIEN, K. 1997. *Narratives of Enlightenment: cosmopolitan history from Voltaire to Gibbon*. Cambridge, Cambridge University Press, 249 p. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511519079>
- OUSSELIN, E. 1999. L'homme aux quarante écus: Voltaire economist. *The French Review*, 72(3):493-452.
- PERKINS, M.L. 1956. Voltaire's principles of political thought. *Modern Language Quarterly*, 17:289-300. <http://dx.doi.org/10.1215/00267929-17-4-289>
- PFLUG, G. 1971. The development of historical method in the Eighteenth Century (1954). *History and Theory*, 11(4):1-23. <http://dx.doi.org/10.2307/2504244>
- PIERSE, S. 2010. *Voltaire historiographer: narrative paradigms*. Oxford, Voltaire Foundation, 283 p.
- POCOCK, J.G.A. 2000. *Barbarism and religion: Volume Two: Narratives of Civil Government*. Cambridge, Cambridge University Press, 422 p.
- POLLARD, S. 1971. *The idea of progress: history and society*. Ailesbury, Penguin, 221 p.
- POMEAU, R. 1991. *L'Europe des Lumières: Cosmopolitisme et unité Européenne au XVIII^e siècle*. Paris, Hachette, 240 p.
- RAISON. 1765. In: D.DIDEROT; J.le R. D'ALEMBERT, (ed.), *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Paris, Briasson, vol. XIII, p. 773-774.
- SAKMANN, P. 1971. The problems of historical method and of philosophy of history in Voltaire [1906]. *History and Theory*, 11(4):24-59. <http://dx.doi.org/10.2307/2504245>
- VIGNERY, J.R. 1960. Voltaire economic ideas as revealed in the "Romans" and "Contes". *The French Review*, 33(3):257-263.
- VOLTAIRE. 1829. *Essai sur les mœurs*. Tomes I-IV. In: M. BEUCHOT (ed.), *Œuvres de Voltaire*. Tomes XV-XVIII. Paris, Lefèvre, 2117 p.
- VOLTAIRE. 1830a. *Éléments de la philosophie de Newton*. In: M. BEUCHOT (ed.), *Œuvres de Voltaire*. Tome XXXVIII. Paris, Lefèvre, 596 p.
- VOLTAIRE. 1830b. *Siècle de Louis XIV*. Tomes I-II. In: M. BEUCHOT (ed.), *Œuvres de Voltaire*. Tomes XIX-XX. Paris, Lefèvre, 1110 p.
- VOLTAIRE. 1878a. Remarques sur l'histoire. In: L. MOLAND (ed.), *Œuvres complètes de Voltaire*. Tome 16, p. 134-137. Paris, Garnier Frères, 648 p.
- VOLTAIRE. 1878b. Nouvelles considerations sur l'histoire. In: L. MOLAND (ed.), *Œuvres complètes de Voltaire*. Tome 16, p. 138-141. Paris, Garnier Frères, 648 p.
- VOLTAIRE. 1879a. Histoire. In: L. MOLAND (ed.), *Œuvres complètes de Voltaire*. Tome 19, p. 346-370. Paris, Garnier Frères, 632 p.
- VOLTAIRE. 1879b. Lettre XIV: Sur Descartes et Newton. In: L. MOLAND (ed.), *Œuvres complètes de Voltaire*. Tome 12, p. 127-132. Paris, Garnier Frères, 616 p.
- ZYSBERG, A. 2002. *La monarchie des Lumières 1715-1786*. Paris, Seuil, 560 p.

Submetido: 19/05/2012

Aceito: 28/08/2012